



IMAGEM: Pxhere

Risco e vulnerabilidade: pontos de convergência na produção brasileira sobre juventudes

Daniele Jesus Negreiros

Isadora Dias Gomes

Veriana de Fátima Rodrigues Colaço

Verônica Moraes Ximenes

Introdução

Os estudos sobre juventudes têm tomado fôlego na Psicologia nas últimas décadas e convergido com perspectivas apresentadas por áreas correlatas nas Ciências Humanas e Sociais, notadamente, por se tratar de um tema interdisciplinar. Entre os autores nacionais, as discussões giram em torno da necessidade de tratar a juventude de maneira plural, especialmente considerando a realidade abrangente e a diversidade cultural de um país de dimensões continentais como o Brasil. Contudo, é comum a vinculação do tema juventude a categorias como vulnerabilidade e risco, que expressam o direcionamento das escolhas sobre o viés teórico-metodológico e sobre o público que protagoniza esses estudos.

Em levantamento das produções de artigos científicos na base de dados do Portal de Periódicos CAPES, entre os anos 2000 até 2015, a partir de critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 17 artigos usando o descritor conjugado “juventude e vulnerabilidade” e 26 artigos usando “juventude e risco”. Nessas publicações, não foram incluídos livros, teses e dissertações, o que tornaria esses números mais expressivos. Essa prevalência de conjugação dessas temáticas revela tanto o olhar mais sensível do pesquisador para segmentos da população juvenil submetidos a condições de vida socialmente vulneráveis, quanto levanta um alerta para a possibilidade de uma tendência à naturalização da associação direta entre juventude, risco e vulnerabilidade, mesmo que se fale de juventudes (no plural) e se tenha clareza sobre a diversidade dos contextos culturais em que vivem os jovens pobres do país.

Essa associação entre juventude e risco não é recente. Abramo (1997) já apontava que, mesmo havendo um apelo social à valorização da juventude, os jovens eram vistos, ao longo das décadas de 1950 a 1990, como parte essencial dos problemas sociais, sendo ressaltadas com maior frequência características como rebeldia, periculosidade e tendência à contravenção. Damasceno (2001) e Peralva (2007) também alertam sobre as considerações de parte dos teóricos em Sociologia, que percebem a juventude como sendo um segmento social caracterizado pelas condutas desviantes de um padrão normativo.

É necessário verificar que, na construção das políticas públicas voltadas para a juventude no Brasil – Projeto Agente Jovem, Projovem, Programa Nacional para o Primeiro Emprego (PNPE) e outros (Brasil, 2006) –, prevalecem como beneficiários os jovens em situação de desvantagem social e as ações têm subjacente a intenção de controle social desse segmento, o que reflete a ideia geral de associação entre juventude pobre e práticas desviantes. Tal predominância ainda presente contribui para compreendermos a atualidade do uso das categorias “risco” e “vulnerabilidade” nos discursos acadêmicos a respeito da juventude, mas não é suficiente para indicar convergências, limites e consequências dessa utilização.

Consideramos importante o aprofundamento conceitual, inclusive com a preocupação de observar atentamente os efeitos de linguagem produzidos pelo uso banalizado de terminologias genéricas. Nesse sentido, buscamos, com esse artigo, levantar alguns pontos de convergência e de distanciamento entre as categorias “risco” e

“vulnerabilidade” nos estudos sobre juventudes, não admitindo como natural essa relação, mas buscando problematizá-la, compreendendo seu movimento histórico. Para tanto, fizemos um levantamento bibliográfico de artigos para subsidiar uma discussão conceitual da categoria “juventude” em associação às categorias “vulnerabilidade” e “risco” e os seus efeitos sobre as investigações e práticas psicológicas e sociais.

Apontamentos sobre as conceituações de juventude

As abordagens mais recentes sobre juventude, com as quais dialogamos, contestam ideias tradicionais que, a partir de uma visão universalizante e desenvolvimentista, atribuem características comuns aos indivíduos nas várias etapas da vida. Ao contrário, compreendemos esses termos como construtos concebidos em função dos parâmetros culturais de inserção dos indivíduos, compartilhando das discussões que acentuam a pluralidade de vivências possíveis das pessoas em qualquer faixa de idade, não sendo diferente para os identificados como jovens. Ademais, como há diferentes formas de considerar os jovens, também há diferentes maneiras deles se afirmarem como sujeitos, inclusive em razão das distintas organizações sociais de referência que convivem e interagem (Castro; Abramovay, 2005).

Se considerarmos os documentos legais sobre adolescência e juventude, vemos que mesmo esses não apresentam definições unificadas sobre a época da vida definida por esses termos. Para a Organização Mundial de Saúde (Organización Mundial de la Salud, 2016), adolescente é o indivíduo que se encontra entre os 10 e 19 anos, já para o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA (Brasil, 1990), os adolescentes têm entre 12 e 18 anos, a mesma faixa etária adotada pelo Fundo das Nações Unidas. Por sua vez, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1999) não especifica a adolescência, mas situa a juventude entre os 15 e os 24 anos de idade, e o Estatuto da Juventude (Brasil, 2013) torna mais extensa essa faixa, indo de 15 a 29 anos. Da mesma forma, em termos conceituais, torna-se difícil conseguir um significado unívoco sobre quem são os jovens e o que representa a juventude. Para se construir um senso de juventude que contemple não somente um olhar biológico, mas também social, histórico, político e cultural (Silva; Ojeda, 2014), faz-se necessária também uma atitude política que assim a conceba.

Silva e Ojeda (2014) comentam que as divisões entre as idades são arbitrárias e variam nas diversas sociedades, além de constituírem objeto de disputa, interesses e manipulações. As diferenças entre as juventudes se apresentam também pelas diversas condições de vida e de interações estabelecidas. Assim, adolescência e juventude são construções culturais produzidas nas práticas sociais em tempos históricos determinados, manifestando-se de formas diferentes e nem sequer existindo como conceitos em algumas culturas. Porém, se vistas a partir de pressupostos desenvolvimentistas, acabamos por criar comportamentos prefixados e territórios específicos e limitados para o jovem, estabelecendo uma identidade que o aprisiona.

Na busca pelo não aprisionamento, autoras como Coimbra, Bocco e Nascimento (2005) subverteram o conceito de adolescência, escolhendo o conceito de juventude, nascido da sociologia, por não estar submetido completamente à homogeneização capitalista

como o signo adolescência. Uma década mais tarde, após a promulgação do Estatuto da Juventude (Brasil, 2013) e acompanhando a história da nossa sociedade, Nascimento e Coimbra (2015) retomam suas ideias e reafirmam que o caminho da multiplicidade e da diferença passa pelo contínuo questionamento dos valores, indicando a necessidade de transvaloração do conceito de juventude, entendido como já capturado e naturalizado.

Subverter ou transvalorar a noção de adolescência e de juventude é uma ação política importante nesse momento histórico, em que há tanta insistência em individualizar e interiorizar questões sociais e em psiquiatrizar e criminalizar os ditos desvios das normas impostas.

Adotando por fundamento a perspectiva da Teoria Histórico Cultural, consideramos a concretude da construção sociocultural dos significados, com o entendimento de que os mesmos são absolutamente fluidos e passíveis de reconstrução. Nosso pressuposto é de que o jovem não o é “por natureza”. Como parceiro social, está aí, com suas características que são interpretadas nas relações. Com base nas significações sociais, os jovens têm então a referência para a construção de sua identidade e os elementos para se constituir subjetivamente.

Recorrendo às discussões mais atuais, o foco da análise toma um novo rumo e passa a incluir no debate a relação dos jovens com as outras gerações. Ou seja, o olhar sobre as diferentes etapas da vida adquire outra perspectiva ao serem percebidas em confronto com outras, nos embates entre jovens e velhos, como propõe Castro (2006, p. 250) que acrescenta:

Ao problematizarmos as mudanças do indivíduo ao longo do percurso biográfico podemos iluminar seu dinamismo voltando-se para os valores e as formas de agir que contingenciam cada época; para como se desenham os embates entre o que é conhecido e legitimado e os eventos que despontam ainda sem tradução e sem inteligibilidade.

Assim, a noção de desenvolvimento, em Psicologia, também pode superar a linearidade do tempo do crescimento biológico individual para focar tais questões no sentido de “sucessão de gerações” (Castro, 2006) e de diálogo entre gerações. Isto é, o desenvolvimento pode ser estudado na perspectiva das relações, do enfrentamento de crises (Vygotsky, 1996), que se apresentam no confronto alteritário e constitutivo da construção subjetiva; que se realiza no cotidiano encontro entre crianças, jovens, adultos e velhos presentes em todas as culturas, porém, diversos e particulares em cada uma delas.

Esta concepção amplia e traz uma melhor compreensão sobre o significado de utilizar o termo “juventudes” (no plural), pois, ainda que por si não seja suficiente para superar a tendência homogeneizante, demarca a busca por entender seus diferentes modos de ser, de pensar e de agir, pondo em questão a naturalização de uma associação direta entre as três categorias: juventude, vulnerabilidade e risco, em pauta neste texto.

Vulnerabilidade e risco: convergências conceituais no estudo da juventude

Buscamos, então, as principais bases teóricas que dão subsídios à aproximação entre as categorias “risco” e “vulnerabilidade” com os estudos sobre juventude e, a seguir, apresentamos um panorama das produções nacionais no novo milênio sobre juventude, analisando que elementos fundamentam os argumentos sobre a vinculação dessas categorias conceituais.

A partir do século XVI, nas línguas indo-europeias, quando já se concebia a relação com o tempo futuro e a possibilidade de controlá-lo, surge o termo “risco” (Spink et al., 2008). Já em um uso mais contemporâneo, Beck (2010) defende o advento de um modelo social que se apresenta como resultado do trânsito da sociedade de classes para a sociedade de risco. Para Spink (2001), este trânsito também teria relação com mudanças históricas na maneira de se relacionar com o tempo futuro – entre um futuro baseado na solidariedade a um futuro baseado na gestão dos riscos.

Risco, portanto, é um termo polissêmico e com variados usos históricos. A percepção do risco pode ter tanto uma base científica – a partir do conhecimento empírico de que algo pode trazer uma consequência não desejável –, como pode revelar um aspecto imprevisível, por exemplo, a percepção de que algo seja arriscado justamente por não se ter conhecimentos aprofundados a respeito do fenômeno. Assim, é possível perceber que nem sempre o risco é concebido como tal por ser calculável ou previsível, mas sempre está relacionado com um não-evento capaz de mobilizar uma ação.

Três tradições discursivas sobre risco são sintetizadas por Spink et al. (2008), que as nomearam de risco-perigo, risco-probabilidade e risco-aventura. A primeira tradição está relacionada à ideia cotidiana de estar em perigo ou “arriscar-se”, que se traduz na linguagem psicológica por “comportamento de risco” (Pontes, 2011), temática que se aproxima do conceito cultural de juventude, já que o simples fato de ser jovem, na nossa cultura, é visto como uma condição de risco.

A segunda tradição está relacionada à ideia de controle, quando já se calcula probabilisticamente as chances de que um determinado evento aconteça de determinada maneira. Também aqui a juventude se coloca como alvo, pelo seu entendimento comum marcado por crises de identidade e instabilidade, vulnerável ao risco.

Já a terceira vê o risco em um aspecto positivo, um risco desejado, que causa satisfação pessoal (Spink et al., 2008). Aqui, a juventude toma a dimensão de protagonista com seu comportamento aberto à aventura e à disposição para se arriscar.

Com relação à categoria “vulnerabilidade”, o que concentra olhares são as estruturas sociais vulnerabilizantes ou condicionamentos de vulnerabilidades (Castro; Abramovay, 2005). Assim, por um lado, podemos falar de vulnerabilidade tendo por referência a

noção de risco, especificamente na tradição discursiva do risco-perigo. Neste caso, o jovem aparece com sua experiência de protagonizar cenas da violência urbana e envolvimento em condutas infratoras. Vulnerabilidade indicaria uma situação em que há perigo, seja ele relacionado à integridade física, moral, social, econômica, psicológica etc. O outro ponto abordado nas discussões sobre este tema refere-se à vulnerabilidade social, com ênfase nas condições precárias de suportes de assistência social, envolvendo a omissão do Estado, a pouca efetividade e desarticulação das políticas públicas em todas as áreas.

O conceito de vulnerabilidade social se articula com a percepção de que o local de moradia e a qualidade de vida inapropriadas da família podem ser fatores de obstáculo na realização dos projetos pessoais do jovem, ao mesmo tempo em que favorecem estilos de vida e de integração social que podem adicionar riscos à sua trajetória (Correa; Souza, 2011). A vulnerabilidade social é tratada aqui como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e a falta de acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade (Abramovay et al., 2002).

Porém, há que considerar outro olhar que se lança sobre o tema da vulnerabilidade e propõe uma teorização “positivada” a respeito. Castro e Abramovay (2005) trazem a pertinência da combinação de enfoques em políticas públicas relacionadas a juventudes com a participação dos próprios jovens, por vetores que não se confundam com clientelismo ou manipulação política, mas se equacionam com acessibilidade a distintos recursos, inclusive o de fazer e de mudar o fazer política. Trata-se do que podemos chamar de “vulnerabilidades positivas”, que traz para o debate o enfoque da positividade e não de risco-perigo ao tratar de vulnerabilidade social.

Essa perspectiva se vincula à proposta do risco-aventura, como um risco ativo, em que a pessoa é capaz de submeter-se a grandes desafios pela “adrenalina”, com alta dosagem de emoções, segundo Spink et al. (2008). Apesar de se colocar no limite entre a vida e a morte, por exemplo, para jovens que praticam esportes radicais ou atos infracionais, o perigo é o próprio motor para a ação e amplia a discussão sobre uma “vulnerabilidade positiva”, quando se aprende pelo vivido a tecer formas de resistências, formas de lidar com os riscos e obstáculos de modo criativo. É quando as vulnerabilidades vividas trazem a semente positiva de “um poder simbólico de subversão” (Bourdieu, 2001, p. 15) e podem ser consideradas, desde a perspectiva de Abramo (1997), como sendo característica cultural positiva das juventudes.

O caminho para a análise da articulação entre as três categorias

Realizamos um levantamento das produções científicas nacionais em Psicologia, no período de 2000 a 2015, no Portal de Periódicos CAPES, cujos artigos analisados estão apresentados abaixo nas Tabelas 1 e 2. Embora tenhamos especificado esse período, só

identificamos artigos a partir de 2005. Utilizamos os descritores combinados “juventude e risco” e “juventude e vulnerabilidade” e relacionamos todos os que apareceram conforme os critérios de inclusão: ano de publicação, exclusivamente artigos de periódicos nacionais e em português.

Tabela 1. QUADRO SÍNTESE | DESCRITORES: Juventude e Vulnerabilidade

	Tema	Público da Pesquisa	Ano	Autores
1	Exploração Sexual e saúde	Jovens em situação de rua	2006	BELLEZZANI, R.; MALFITANO, A. P. S.
2	Experiência Sexual	Revisão da literatura	2006	VILLELA, W. V.; DORETO, D. T.
3	Acolhimento e cuidado entre pares	Jovens abrigados	2006	CALAZANS, G.
4	Vida na rua Maternidade-Paternidade	Jovens em situação de rua	2007	GONTIJO, D. T.
5	Violência e Cidadania	Jovens pobres	2008	LOPES, R. E. et al.
6	Violência e gênero	Jovens de segmentos populares	2009	NASCIMENTO, E. F.; GOMES, R.; REBELLO, L. E. F. S.
7	Acolhimento Familiar	Discussão conceitual	2009	COSTA, N. R. A.; ROSSETTI-FERREIRA, M. C.
8	Métodos Contraceptivos	Jovens de classes populares	2009	ALVES, C. A.; BRANDÃO, E. R.
9	Homicídio de jovens	Análise documental	2010	LOLIS, D.
10	Juventude e Trabalho	Jovens vulneráveis	2011	RIBEIRO, M. A..
11	Direito de Crianças e adolescentes e Orçamento	Análise documental	2011	TELLES, T. S.; SUGUIHIRO, V. L. T.; BARROS, M. N. R..
12	Rede de apoio e resiliência	Jovens de escola pública	2012	GERMANO, I. M. P.; COLAÇO, V. F. R.
13	DST – Gênero	Discussão conceitual	2012	BAPTISTA, C. J. et al. .
14	Homoerotismo e DST/ AIDS	Adolescente em situação vulnerável	2013	MORA, C. M.; MONTEIRO, S.
15	Orientação Profissional. e perspectiva de futuro	Jovens do Programa 1º Emprego	2014	VERIGUINE, N. R.; BASSO, C.; SOARES, D. H. P.
16	Vulnerabilidade e saúde do adolescente	Jovens de escola pública	2014	SILVA, M. A. L. et al.
17	Apoio Social e Saúde pelo Teatro	Jovens de um grupo teatral	2015	DIBA, D.; D’OLIVEIRA, A. F.

Fonte: Portal de Periódicos da CAPES

Tabela 2. QUADRO SÍNTESE | DESCRITORES: Juventude e Risco

	Tema	Público da Pesquisa	Ano	Autores
1	Sentido de risco	Ensaio teórico	2005	MENDOLA, S. L.
2	Identidade sob risco	Discussão conceitual	2007	CASTIEL. L. D.
3	Rede de apoio, fatores de risco e proteção	Jovens de escola pública	2008	AMPARO, D. M. et al.
4	Infância e juventude em situação de risco	Análise documental	2008	DONOVAN, P. et al.
5	Socialização sexual da Juventude	Religiosos	2008	RIOS, L. F. et al.
6	Juventude, mídiatização e nomadismo	Jovens das metrópoles	2008	BORELLI, S. H. S.; ROCHA, R. M. .
7	Discurso sobre juventude e práticas psicológicas	Discussão conceitual	2008	GONZALES, Z. K.; GUARESCHI, N. M. F.
8	Visibilidade e invisibilidade do grafitismo	Jovens grafiteiros	2009	CAMPOS. R.
9	Autoconceito e consumo de álcool	Jovens	2009	VASCONCELOS - RAPOSO, J. et al.
10	Condição juvenil contemporânea	Ensaio teórico	2010	KRAUSKOPF, D. A.
11	Política pública e saúde	Análise documental	2010	HORTA, N. C.; SENA, R. R.
12	Impulso para consumo	Jovens universitários	2011	LINS, S. L. B.; PEREIRA, R. C. F.
13	Jovens empreendedores	Jovens de níveis econômicos diferentes	2011	BULGACOV, M. L. Y. et al.
14	Educação e saúde	Jovens em situação de risco	2012	GUIMARÃES, J. S; LIMA, I. M. S.
15	Violência sexual	Jovens de escola pública	2012	PALUDO, S. S; DEI SCHIRÒ, E. D. B.
16	Uso de droga e comportamento antissocial	Jovens de escola pública	2012	NARDI; F. L. et al.
17	Uso de sites e redes sociais	Adolescentes nas redes sociais	2012	LIVINGSTONE, S.
18	Apoio familiar e gravidez na adolescência	Adolescentes das camadas populares	2012	DEI SCHIRO, E. D. B. et al.
19	Adolescentes em conflito com a lei	Adolescentes da LAC	2013	SIQUEIRA, L. A. R.; TAVARES G. M.
20	Policialização das políticas públicas	Jovens em situação de vulnerabilidade	2014	GUSSO, R. B.
21	Integração Social pelo Rap	Análise documental – músicas	2015	SOUSA, R. L.; CARDOSO. A. G.; LEÃO, M. A.
22	Violência doméstica e saúde mental	Adolescentes acompanhados por serviços de referência	2015	HILDEBRAND, N. A. et al.
23	Relação sexual e fatores associados	Jovens em situação econômica precária	2015	SASAKI, R. S. A. et al. .

24	Expectativa de futuro na adolescência	Jovens de níveis econômicos diferentes	2015	DUTRA-THOME, L. et al.
25	Proteção aos direitos da infância	Análise documental	2012	PAULI, D. B.; GARMENDIA, N.; MARÍA, L.
26	Política pública para juventude	Auxiliares da juventude	2010	ANDRADE, E.; BOGUS, C. A.

Fonte: Portal de Periódicos da CAPES

Com base nesse levantamento, podemos avaliar que a relação entre as três categorias está concentrada na perspectiva do risco-perigo, associado a vulnerabilidades sociais em que estão imersos os jovens, mas não todos. As lentes dos pesquisadores se dirigem para os jovens pobres, de certa forma, homogeneizando-os, no sentido de que são vistos como sujeitos aos efeitos das vulnerabilidades sociais, que os colocam em risco. Como tal, devem ser submetidos a ações e políticas que previnam e ou controlem os desvios previstos em sua conduta, assim como os tornem objetos dessas ações para conduzi-los ao mercado de trabalho e à condição adulta como mantenedor da sociedade vigente. Esse controle incide sobre o corpo, sobre a sexualidade, afetos e interações sociais desses jovens.

Para entender o que estamos dizendo, basta verificar que, tanto nos artigos encontrados usando os descritores “juventude e risco”, como “juventude e vulnerabilidade”, os temas que aparecem em maior quantidade são ligados às seguintes problemáticas: sexualidade, seja sobre a vivência do jovem, seja sobre os riscos a que estão expostos (violência sexual, abuso sexual, doenças sexualmente transmissíveis e gravidez); práticas desviantes (jovens em conflito com a lei, drogas); fenômeno da violência, tanto aquela que os jovens praticam como as de que são vítimas, em especial a violência física, que ocorre tanto no espaço familiar quanto em sua vivência nas ruas e nas instituições que frequentam.

Dos 44 artigos analisados nas duas conjugações de categorias (juventude e vulnerabilidade; juventude e risco), 13 deles se distribuem entre ensaio teórico, análise documental e pesquisa teórica. Dos 31 restantes, que envolvem a participação de jovens, apenas um deles se refere a jovens das classes mais abastadas, ao abordar consumo entre universitários. Outros cinco incluem jovens de classes sociais variadas e tratam de temas relativos ao empreendedorismo e expectativa de futuro, à exposição de conteúdos na internet por jovens, à mobilidade urbana, ao autoconceito e consumo de álcool, à religião e à orientação sexual. Todos os demais, ou seja, 25 deles, se referem a jovens das camadas populares e relacionam as categorias analisadas à pobreza, ao comportamento de risco, à exclusão social e à violência.

Observamos que há uma diversidade maior no caso da conjugação “juventude e risco”, na medida em que aparecem ensaios teóricos e discussões conceituais sobre temas abrangentes, tais como sentido de risco, condição juvenil, resiliência e identidade, por exemplo. Além de que os jovens participantes dos estudos empíricos, nesse caso, também são de grupos sociais distintos. Apesar disso, os jovens das camadas populares,

dentre eles, jovens de escolas públicas, de programas sociais ou identificados como em situação de rua ou em risco, ainda foram os protagonistas da maioria dos estudos relatados nesses artigos.

Outros segmentos juvenis como indígenas, jovens do campo, de assentamentos rurais ou que apresentam deficiência (surdos, cegos, deficientes físicos e mentais), para apontar alguns, entretanto, não apareceram nos relatos de pesquisa ou relatos de experiência dos artigos analisados. O que isso pode indicar? Que são apenas os pobres que estão em situação de vulnerabilidade social e em risco? A explicação estaria na prioridade de escolhas dos pesquisadores por jovens das camadas populares?

Com este panorama, entendemos que, nos entrelaçamentos entre risco e vulnerabilidade, está clara a vinculação dos efeitos da classe social na vivência de risco, em especial o chamado risco-perigo (Spink et al., 2008). Mesmo que o risco, na sociedade de controle, seja considerado atingindo a todos, sem distinção de classes, a tendência da vinculação a uma determinada camada social fica evidente e, assim expressa Beck (2010, p. 49): “Existe uma sistemática ‘força de atração’ entre pobreza extrema e riscos extremos”.

Quanto aos artigos em que o tema “juventude” se liga ao de vulnerabilidade, a única exceção em relação aos participantes, quase exclusivamente das camadas populares, refere-se a jovens de um grupo de teatro. Os temas todos abordam a vulnerabilidade em sua negatividade e vinculam aspectos que já destacamos como risco-perigo, precariedade de vida e ou de trabalho, violação de direitos e políticas públicas para jovens das camadas populares.

É importante esclarecer que o levantamento se restringiu ao Portal de Periódicos CAPES que, apesar de sua abrangência representativa, não esgota todos os periódicos, e também, como já referimos, não incluímos livros, capítulos, teses e dissertações. Portanto, não fizemos uma busca exaustiva, mas um levantamento panorâmico. Também não se trata de uma análise avaliativa da qualidade dos estudos ou dos artigos, até porque o fato de estarem publicados já garante o mérito de todos. Nosso propósito foi trazer elementos concretos para subsidiar a discussão acerca de uma possível tendência naturalizante e homogeneizadora sobre os jovens brasileiros, particularmente, dos segmentos desfavorecidos socioeconomicamente, quando se percebe esse direcionamento nos estudos sobre esse público.

Elementos para reflexão

O conceito de risco nas Ciências Humanas e Sociais assume um viés em que os jovens são logo pensados como os atores sociais neste assunto, considerando, inclusive, as três tradições discursivas sobre o risco, elaboradas por Spink (2011). Encontramos na literatura a aproximação entre essas três categorias – juventude, vulnerabilidade e risco –, que pode levar a um caminho de pensá-las como interdependentes e determinantes entre si.

Retomando o objetivo principal da nossa discussão neste artigo – problematizar uma possível visão naturalizada da relação juventude, vulnerabilidade e risco –, percebemos, nas pesquisas que abordam juventude, a tendência a se falar de vulnerabilidade social associada a condições precárias em termos econômicos e de suporte de políticas públicas e, frente a tal vulnerabilidade, os jovens se encontrariam em risco. Nesse entendimento, o olhar se volta para uma juventude específica, homogeneizando-a e a percebendo como problemática. Ou seja, fazer uma associação direta dessas três categorias tende a ratificar a visão de jovens das camadas populares como problema social e desvia o debate sobre suas condições de vida e sobre a violação de direitos da qual são vítimas cotidianamente. Neste sentido, a não intervenção do Estado, a violência pelo preconceito e a naturalização da exclusão social, chegando inclusive à subtração da própria vida desses jovens, encontra justificativa e aceitação popular.

Partimos de pressupostos que sustentam a construção histórica e cultural de todos nós humanos, portanto, entendemos que, ao falar de juventudes, não estamos traduzindo uma ideia ou concepção unificada ou generalizada, muito menos vislumbrando homogeneidade nos personagens reais que habitam esse conceito. Por esse pensamento, também compreendemos que os conceitos de vulnerabilidade social e risco não detêm uma relação de interdependência com o signo “juventudes”. São múltiplas as experiências, os sentidos dados a elas e as circunstâncias em que ocorrem as interações humanas. Por conseguinte, são singulares os jovens, ao mesmo tempo em que fazem parte de coletivos culturais que os caracterizam e identificam.

Em síntese, nosso alerta neste texto é para evitarmos uma unanimidade e vinculação reificada ao tratar dessas três categorias, especialmente para não cairmos no equívoco de usarmos o termo “juventudes”, falando da pluralidade que representa a descrição do que seja “ser jovem” nos diferentes tempos e lugares, sem nos atentarmos para associações simplistas que estabelecemos entre conceitos distintos.

Esta questão também aparece ao adentrarmos o campo das práticas sociais e do estabelecimento de políticas de juventudes. Temos de orientar nossas lentes para a transversalidade entre as políticas sociais, pela consideração à diferença, o que também identifica outros grupos específicos da população – crianças, mulheres, grupos étnicos, terceira idade e imigrantes, entre outros. Tal orientação pede nova formatação de políticas e pode ter repercussões relevantes.

Também, nessa perspectiva geracional-juvenil, as políticas públicas para as juventudes precisam ser repensadas em novos parâmetros que evoquem autonomia e participação juvenil. Parâmetros que levem em consideração os diversificados contextos macro e microsociais, a rede de proteção pessoal e social, entre outros elementos que são específicos aos jovens e que tenham por objetivo, como já proposto pela UNESCO (2004), articular políticas específicas como parte de um conjunto de políticas públicas gerais.

Alguns questionamentos suscitados por estas reflexões nos inquietam e com eles finalizamos este texto, na perspectiva de inspiração para novos estudos e intervenções. Que lugar ocupam, nas pesquisas sobre e com juventudes, as resistências e

enfrentamentos protagonizados por jovens nos contextos variados de vulnerabilidades e riscos? Como são visibilizadas as omissões do Estado, quando se reivindica da juventude o controle e a adequação à ordem social? Em que medida os trabalhos de pesquisa podem favorecer espaços de participação juvenil na proposição de políticas que contemplem seus anseios e necessidades? E, na pluralidade que advogamos acerca desse conceito, como estão sendo escutadas as vozes que destoam do entendimento das juventudes como problema social?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5 e 6, p. 25-36, maio/dez. 1997.

ABRAMOVAY, M. et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

BECK, U. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Ed. 34, 2010.

BRASIL. **Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 27 jan. 2016.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 20 abr. 2016.

BOURDIEU, P. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRASIL. **Guia de políticas públicas de juventude**. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2006.

CASTRO, L. R. Admirável mundo novo: a cadeia das gerações e as transformações do contemporâneo. In: COLINVAUX et al. (Org.) **Psicologia do desenvolvimento: reflexões e práticas atuais**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. Juventudes no Brasil: vulnerabilidades negativas e positivas, desafiando enfoques de políticas públicas. In: PETRINI, J. C.; CAVALCANTI, V. R. S. (Org.). **Família, sociedade e subjetividades: uma perspectiva multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 2005.

COIMBRA, C. C.; BOCCO, F.; NASCIMENTO, M. L. Subvertendo o conceito de adolescência. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 57, n. 1, p. 2-11, 2005.

CORREA, C. S.; SOUZA, S. J. Violência e vulnerabilidades: os jovens e as notícias de jornal. **Fractal, Rev. Psicol.**, v. 23, n.3, p. 461-486, 2011.

DAMASCENO, M. N. Trajetórias da juventude: caminhos, encruzilhadas, sonhos e expectativas. In: DAMASCENO, M. N.; MATOS, K. S. L.; VASCONCELOS, J. G. (Org.) **Trajetórias da Juventude**. Fortaleza: LCR, 2001.

IBGE. **População Jovem no Brasil**. Departamento de população e indicadores sociais. Rio de Janeiro: IBGE, n. 3, 1999.

NASCIMENTO M. L.; COIMBRA, C. M. B. Transvalorando os conceitos de juventude e direitos humanos In: SCISLESKI, A.; GUARESCHI, N. (Org.) **Juventude, Marginalidade Social e Direitos Humanos**: da Psicologia às Políticas Públicas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. **Desarrollo en la adolescência**. Disponível em <http://www.who.int/maternal_child_adolescent/topics/adolescence/dev/es/#>. Acesso em: 29 mai. 2016.

PERALVA, A. T. O jovem como modelo cultural. In: FÁVERO, O. et al. (Org.) **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007.

PONTES, A. K. **Juventude e risco**: problematizando o sentido construído por jovens sobre esta relação. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2011.

SILVA, A. B. P.; OJEDA, K. H. Enfoques sobre o estudo da juventude: uma visão sobre as perspectivas latino-americanas. In: LABREA, V. V.; VOMMARO, P. (Org.) **Juventude, participação e desenvolvimento social na América Latina e Caribe**: Escola Regional Most Unesco Brasil. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude; São Paulo: Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, 2014.

SPINK, M. J. P. Trópicos do discurso sobre risco: risco-aventura como metáfora na modernidade tardia. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, dez. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v17n6/6944.pdf>>. Acesso em: 8 mar. 2014.

SPINK, M. J. P. Riscos antecipados: regimes de verdade e regimes de esperança na administração de agravos à saúde. Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde, 5. **Anais**. ABRASCO. USP, São Paulo, 17 a 20 de abril de 2011.

SPINK, M. J. P. et al. Usos do glossário do risco em revistas: contrastando “tempo” e “públicos”. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, 2008.

UNESCO. **Políticas públicas de/para/com as juventudes**. Brasília: 2004.

VYGOTSKY, L. S. **Obras Escogidas**. Tomo IV. Madrid: Visor, 1996.

Resumo

Nos estudos sobre juventude, é comum que categorias como vulnerabilidade e risco sejam mencionadas, estabelecendo-se uma relação direta, como se houvesse um determinismo entre elas. A problematização desses conceitos pode nos levar a alguns questionamentos sobre a construção social do significado de “juventude” e também sobre aproximações entre esses conceitos que orientam formas de nomear e compreender as características culturais relacionadas a esse período da vida chamado juventude. O presente artigo tem como objetivo levantar alguns pontos de convergência e de distanciamento entre as categorias “risco” e “vulnerabilidade” nos estudos sobre juventudes, não admitindo como natural essa relação, mas buscando problematizá-la, compreendendo seu movimento histórico. Além disso, discutimos conceitualmente as categorias envolvidas na problemática, considerando as diferentes concepções de vulnerabilidade e de risco, pensando não apenas suas negatividades, mas também as potências que promovem nas discussões atuais, tal como vêm sendo compreendidas nos estudos das Ciências Humanas e Sociais.

Palavras-chave:

risco, vulnerabilidade, juventude.

DATA DE RECEBIMENTO: 02/06/2016

DATA DE APROVAÇÃO: 10/12/2017



Daniele Jesus Negreiros

Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil, Especialista em Saúde do Idoso pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Brasil, com graduação em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Brasil. Filiada ao Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência vinculado à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Email: danielejn@gmail.com



Isadora Dias Gomes

Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil, e doutoranda em Psicologia pela mesma instituição. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil. Docente do Centro Universitário DeVry – UNIFANOR, Ceará, Brasil.

Email: isadoradg@gmail.com



Veriana de Fátima Rodrigues Colaço

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil, com pós-doutorado em Psicologia pela Universidade de Barcelona, Espanha. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará, Brasil. Professora Titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, Brasil.

Email: verianac@gmail.com



Verônica Moraes Ximenes

Professora Titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC. Doutora em Psicologia pela Universidade de Barcelona com Pós-doutorado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Email: vemorais@yahoo.com.br